

## ***Dossiê Movimentos Sociais e Identitários***

### ***Apresentação***

Braços erguidos, punhos cerrados. Essa imagem marca importantes momentos históricos em diferentes tempos e espaços. Os movimentos sociais e identitários são parte fundamental na engrenagem que move a História, mesmo quando reprimidos e/ou criminalizados. A Revista Ofícios de Clio oportuniza nesse número um espaço de divulgação de pesquisas e de debates entre historiadores que abordam esses movimentos. Objeto de estudo tradicional, normalmente filiado ao campo da História Social, compreendendo as perspectivas do trabalho, da política sindical e da etnicidade; recentemente, tem dialogado com outros campos e categorias de análise, por exemplo, cultura, gênero, *queer* e raça. Dessa forma, são contemplados por esse campo de estudo os movimentos de trabalhadores e de estudantes, os que lutam pelo acesso à terra e à moradia e os coletivos que defendem populações tradicionais. Também os movimentos LGBTQ+, feministas, raciais, entre outros. A agência desses sujeitos coletivos ou individuais são compreendidos a partir de suas formas de (re) organização, de expressão, de luta e o engajamento político e/ou intelectual de militantes e ativistas. A produção de conhecimento histórico sobre os movimentos sociais e identitários está em constante movimento, os pesquisadores tem ampliado os possíveis caminhos teórico-analíticos e metodológicos constantemente.

Esses movimentos são a origem de inovações e de produção de saberes articulados aos processos políticos, sociais e culturais nos quais estão inseridos. A própria produção intelectual formal está em transformação devido o engajamento de grupos sociais e identitários; principalmente a partir do tensionamento dos debates sobre racismo na sociedade brasileira e da implementação das ações afirmativas. Os ativistas passam a reescrever a sua própria História, desde o seu lugar de fala. O diálogo entre a História Social e o Tempo Presente também tem proporcionado discussões sobre a importância da perspectiva dos historiadores para a compreensão de ações coletivas contemporâneas, como as Jornadas de 2013 e o Golpe de 2016.

Os doutorandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José dos Santos Costa Júnior e Roger Camacho Barrero Júnior, ao escreverem o artigo “Jovens como esperança na transformação: a campanha *Juventude Participa!* em Campina Grande (PB 2009-2011)”, aproximam-se desse debate, ao buscar na perspectiva de análise do Tempo Presente elementos

para compreender os jovens como “sujeitos historicamente situados que participam de processos de transformação social e/ou manutenção e atualização de determinados modelos de comportamento e formas de ação social”. Suas fontes foram imagens, relatórios institucionais e boletins informativos, pelas quais analisaram o discurso sobre a participação política de jovens e os significados atribuídos aos conceitos de juventude, participação e cidadania. Ressalta-se que foi considerada a pluralidade do grupo e as discussões apontadas pela Política Nacional de Juventude (PNJ).

A Paraíba também é o local onde está situado o objeto de estudos de Iany Elizabeth da Costa, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. No artigo “Movimento Quilombola na Paraíba: algumas considerações sobre a organização social pelo direito à terra”, privilegia o estudo sobre a Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba (CECNEQ), mas também estabelece relações com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). No transcorrer do artigo pode-se acompanhar um levantamento teórico sobre a relação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola na luta por direitos sociais desde a Constituição de 1988. Iany buscou “compreender os avanços e limites no estudo dessas organizações sociais, a fim, de perceber como as antigas comunidades negras rurais adquirem espaço na luta dos movimentos sociais brasileiros” e como articulam-se para “ocupar espaços nas pautas reivindicatórias por direitos sociais” na atualidade.

A luta por direitos sociais é o principal elemento articulador dos movimentos sociais, entre esses está o direito à terra. O Movimento Sem Terra surgiu nos anos 1980, e hoje é um dos maiores movimentos sociais do Brasil. Da mesma forma que ocorre no movimento negro, no quilombola, no direito à moradia, as mulheres ocupam papel central na luta. Leonardo Dantas D’Icarahy, mestrando da Universidade Federal da Bahia, debruçou-se sobre essa questão ao escrever “Mulheres sem terra no surgimento do MST na Bahia (1987-89)”. Com o aporte da história oral, ouviu a história de vida de cinco mulheres do MST que participaram do período de surgimento e estabelecimento desse movimento social na Bahia. Analisou o papel delas na decisão familiar de ocupar terras e as estratégias utilizadas para sobreviver no acampamento. O autor, sem deixar de considerar as “hierarquias de poder das relações de gênero dentro deste movimento social”, percebeu a participação política de suas entrevistadas em diferentes aspectos do cotidiano, ressaltando “o protagonismo dessas mulheres nesta fase inicial do MST no estado baiano”.

Os movimentos citados até o momento tiveram seu auge no processo de redemocratização do Brasil, mas suas “bandeiras” têm origem em períodos anteriores. Durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, diferentes organizações coletivas foram perseguidas, dificultando a sua manutenção e ação. Assim como no Brasil, Portugal também viveu uma Ditadura, recorte cronológico contemplado pelo artigo “Contra o Estado Novo: manifestações e organizações em Portugal no período *marcelista* (1968-1974)” de Pamela Peres Cabreira, doutoranda da Universidade Nova de Lisboa. O estudo apresenta algumas organizações civis que agiram contra o Estado Novo português (1926-1974). Pamela parte do pressuposto de que o país não estava “adormecido” frente a situação nacional no período, marcado por retrocessos socioeconômicos e políticos. Através de fontes documentais, como o periódico *Avante! Clandestino* e discussão bibliográfica, analisou as ações do Partido Comunista Português, os levantes nos quartéis, os movimentos dos estudantes e dos trabalhadores “enquanto frentes mobilizadoras e legitimadoras de uma luta contra o sistema retrógrado do Estado Novo em Portugal”, criando “um espaço revolucionário” com o fim do período ditatorial.

Por fim, a pós-graduanda do Instituto Federal Fluminense, Mariana Mendes Christo, amplia o debate ao compartilhar um texto que analisou o século XVIII. Nessa análise, parte dos conceitos aliados a concepção de Antigo Regime nos Trópicos, para compreender as relações de poder no interior das capitanias do Rio de Janeiro e das Minas Gerais. Como pode-se apreender pelo título “Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões de Macacu (1765 – 1787)”, toma como objetivo central a ação do bando liderado por Manoel Henriques, no interior dos Sertões de Macacu, analisando suas ações e o papel executado por esse sujeito naquele contexto social. A hipótese que pretende comprovar durante o desenvolvimento do artigo, é de que no interior da colônia existiam diversas redes de poder que fugiam ao controle da Coroa.

Compartilho com a Revista Discente *Ofícios de Clio* a alegria de poder trazer aos nossos leitores artigos que demonstram a vitalidade e a importância das pesquisas que tomam como objeto os movimentos sociais e identitários.

Boa leitura!

Micaele Irene Scheer

*Doutoranda UFRGS/CAPES*